



REPÚBLICA DE ANGOLA

## SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

### COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 05 de Maio de 2026, a sua 3.<sup>a</sup> Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para a Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social apreciou, no domínio da Educação Pré-Escolar, do Ensino Primário e do Ensino Secundário, o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento das Infraestruturas de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário, diploma que visa estabelecer as condições físicas, os meios e os equipamentos necessários à melhoria qualitativa do processo de ensino-aprendizagem, fixando normas, parâmetros e requisitos físicos e funcionais para a concepção, construção, ampliação, reabilitação e apetrechamento dos estabelecimentos escolares, conferindo dignidade e funcionalidade ao ambiente de ensino em todo o território nacional, tendo sido recomendada a sua revisão, no sentido de proceder a transferência das normas de natureza regulamentar ou de detalhes técnicos para diplomas próprios, antes da sua remissão ao Conselho de Ministros.

No domínio do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, a Comissão para a Política Social apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que cria o Repositório Angolano de Acesso Aberto (RAnAA), instrumento normativo que institui um sistema de informação destinado ao armazenamento, preservação, organização e disseminação da produção intelectual e científica das instituições angolanas de ensino superior, de investigação científica, de extensão e inovação.

Ainda nesta sessão, a Comissão para a Política Social apreciou em primeira leitura o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Programa Nacional dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), diploma legal

que visa institucionalizar a figura dos agentes, conferindo-lhes um estatuto oficial, alargando o seu âmbito de acção aos principais domínios de intervenção na vida das comunidades e no desenvolvimento local, de modo a assegurar o acesso das populações em situação de pobreza e vulnerabilidade aos serviços essenciais, com particular atenção às comunidades localizadas em zonas recônditas, garantindo maior proximidade dos serviços sociais às famílias em todo o território nacional, tendo sido recomendada a sua adequação para reapreciação na próxima reunião.

De realçar que, encontram-se em exercício 5.888 ADECOS, dos quais 1.430 são mulheres, distribuídos pelas 21 Províncias e 245 Municípios, formados e supervisionados por 462 Formadores e Supervisores. A aprovação deste diploma visa, ainda, promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida das famílias, em alinhamento com a política de Reforma da Administração Local e melhoria dos serviços públicos ao nível municipal, e a política de desconcentração e descentralização da Administração Local do Estado prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027).

Finalmente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros tomou conhecimento do Relatório de Balanço do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), documento que apresenta as acções realizadas no período de Janeiro a Março de 2026.

Este Programa constitui uma política pública estruturante do Estado Angolano, orientada para garantir refeições diárias às crianças da Educação Pré-escolar e do Ensino Primário das escolas públicas, contribuindo assim para a melhoria do estado nutricional, redução do abandono escolar e a dinamização da economia local por meio da compra de produtos locais. De realçar que o PNAE beneficiou 2.937.503 crianças em 3.703 escolas distribuídas por 232 Municípios de 19 Províncias, atingindo 54% da meta anual.

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DO SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS**, em Luanda, aos 05 de Maio de 2026.